



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROGERIO DE OLIVEIRA CUNHA

DESMONTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Uma reflexão sobre os múltiplos olhares.

CACHOEIRA-BA
2019

ROGERIO DE OLIVEIRA CUNHA

DESMONTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Uma reflexão sobre os múltiplos olhares.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social, Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Dyane Brito Reis Santos

CACHOEIRA-BA
2019

ROGERIO DE OLIVEIRA CUNHA

DESMONTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Uma reflexão sobre os múltiplos olhares.

Cachoeira – BA, aprovado em 26/02/2019.

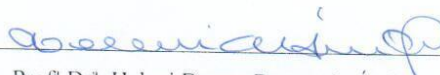
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Dyane Brito Reis Santos
(Orientadora – UFRB)



Prof^º Dr. Fabricio Fontes de Andrade
(Membro interno – UFRB)



Prof^ª Dr^ª. Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Membro interno - UFRB)

*“Deem graças ao Senhor, porque ele é bom.
O seu amor dura para sempre!”*
Salmos 136:1

AGRADECIMENTOS

Acredito que todas as palavras que utilizarei nesse texto, seriam pouco para expressar a gratidão que sinto por ter finalizado mais um ciclo de muitos que viram na minha vida. Primeiramente eu gostaria de agradecer a **Deus e ao Senhor Jesus Cristo**, pela graça, ou seja, o favor imerecido.

Agradeço também **aos meus familiares, a quem dedico essa conquista**, são eles: **Mãe, Joalice de O. Cunha, minhas irmãs, Eliane e Reisane e Meus sobrinhos, Ingrid, Marlon, Benjamin e prima, Rebeca**, que foram o meu porto seguro nas horas mais difíceis, eles tiveram sempre comigo me apoiando. **Serei eternamente grato a todos vocês, amo a cada um de maneira especial. Obrigado à todxs.**

Em nome da **Prof.^a Dr.^a Silvia Pereira**, eu gostaria de agradecer profundamente a todos os meus professores, que juntos puderam acrescentar um pouco mais de conhecimento a minha vida pessoal e também profissional. **Obrigado à todxs!**

Agradeço imensamente a supervisora de campo, **Denise de Lima Silva**, à pessoa mais legal que já tive o prazer de conhecer. Na oportunidade gostaria de também agradecer **a todos os profissionais da PROPAAE**, em especial os **amigos do NAIE** (Núcleo de Acompanhamento Integrado ao Estudante) **Prof. Fabrício Fontes de Andrade, Luciane Pinto Souza, André Silva Lima, Ivonete da Silva Cavalcante, Maria Christina Silveira Graça, Nicélia Carvalho Miranda, Valéria Reis Siqueira, Edilene Silva do Nascimento Veloso, Milena Araújo Souza e Mariana Lacerda Pio Barra, Thiala Pereira Lordello Costa, Kaliane e Francisco Junior Macedo de Castro. Obrigada a todos vocês.**

Agradeço imensamente a minha orientadora, **Prof.^a Dr.^a Dyane Brito Reis Santos**, pela disponibilidade, confiança e dedicação, demonstrada na construção desse trabalho, apesar do pouquíssimo tempo que passamos juntos. **Obrigado!**

Agradeço a todos os meus **amigos e colegas da UFRB**, pela força que me deu nos momentos de dificuldades e também pelos tempos bons de alegria que vivemos nessa jornada. **Obrigado!**

Agradeço imensamente aos amigos de caminhada, de luta e também de perseverança, que Deus me concedeu a oportunidade de conhecer na **UFRB** os quais levarei para a vida toda, são eles: **Jamyle Venas, Simone de Jesus, Juliana Carmo, Juliana Bonifácio, Karla Guedes, Luane, Samile, Marcia, Geyza S. de Araújo, Tiago Silva, Cesar Vinicius, Edvaldo Nascimento, Josivaldo (Jai ou Ruivão), Léo, Jucimar Sacramento, Katia Maria, Gabriela dos Anjos, Caliane, Kelly Cristina, Karina Afer, Kamilla Santana, Joseane**

Duarte, Schislene Fereira, Vilmaci de Jesus, Ana Claudia, Camilla Godinho, Fabi Oliveira, Cleide e Leyde (Parceiras de viagens) Larissa Santiago, Daiane Nunes e Ivanilda Conceição (Parceiras de Dominó) Marilia, Janete e Iasmim e todo pessoal do Buzú 26. Obrigado!

Agradeço as minhas irmãs e amigas **Maria Cruz, Luciana Amorim** (mais achegadas que um irmão) pela sua amizade e companheirismo e também por acreditar nos meus sonhos, sem vocês seria impossível concluí-lo. **Obrigado!**

Agradeço **a todos os irmãos e amigos**, pelos incentivos e encorajamentos diários, força motriz nos momentos de dificuldades. **Obrigado!**

Meu agradecimento vai para **Neuzinha**, colega, irmã e também amiga, pelo incentivo e pelas palavras de confiança, fé e esperança. **Obrigado!**

Agradeço as meninas da copiadora, em especial a minha amiga **Rose**, pela força e também pelos incentivos nos momentos de dificuldades. **Obrigado!**

Agradeço **a todos os funcionários da UFRB, sem exceção**, acredito que todos puderam contribuir de alguma forma para essa realização. **Obrigado!**

Meu agradecimento também vai para os **ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff**, graças aos programas de governo que eles criaram muitos jovens das periferias, puderam ter a oportunidade de ingressar no ensino superior. **Obrigado!**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender e analisar o cenário da Assistência Estudantil no Brasil de (2014-2018) e como os bolsistas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) tem se posicionado diante do desmonte da Política de Assistência Estudantil. Para isso, foi necessário seguir o passo a passo da trajetória da assistência estudantil no Brasil, durante o período de 2014 a 2018, em seguida, foi realizado um levantamento de dados sobre a Assistência Estudantil no âmbito da UFRB. Além disso, o presente trabalho nos levou a fazer uma reflexão sobre os principais conceitos de permanência e assistência. A pesquisa foi desenvolvida a partir de posicionamento metodológico que leva em consideração o estudo aprofundado do homem/mulher como sujeitos da pesquisa. Neste processo o homem/a mulher são vistos como seres não passivos, mas sim, como seres que interpretam o mundo ou ambiente em que está inserido. Sendo chamado pelos pesquisadores de método de *interpretacionismo*. Oliveira (2008, p.3) descreve esse processo como sendo uma atividade interpretativa, realizada pelo contato entre pessoas. Seus procedimentos metodológicos são de caracteres etnográficos, a exemplo: observação participante, entrevista, história da vida real, dentre outros. Esse processo foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória, que exigiu do pesquisador, tempo e dedicação, durante o processo de investigação do objeto. O trabalho de campo consistiu no recorte apropriado de questões operacionais capazes de levar a pesquisa adiante. Desse modo, a pesquisa revelou que muitos estudantes estão preocupados com a Política de Assistência Estudantil, bem como, com o futuro do acesso e permanência dos novos ingressos.

Palavras-chave: Desmonte. Assistência Estudantil. Permanência. Contingenciamento de Recursos.

ABSTRACT

The present work aims to understand and analyze the scenario of Student Assistance in Brazil (2014-2018) and how the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB) scholarship holders have positioned themselves before the dismantling of the Student Assistance Policy. In order to do so, it was necessary to follow the student assistance trajectory step by step in Brazil during the period from 2014 to 2018, followed by a survey of data on Student Assistance within the UFRB. In addition, the present work has led us to reflect on the main concepts of permanence and assistance. The research was developed from methodological positioning that takes into account the in-depth study of the man / woman as subjects of the research. In this process the man / woman is seen as non-passive beings, but as beings who interpret the world or environment in which it is inserted. Being called by the researchers of method of interpretation. Oliveira (2008, p.3) describes this process as being an interpretive activity, performed by the contact between people. His methodological procedures are of ethnographic characters, for example: participant observation, interview, real life history, among others. This process was developed through a qualitative approach of descriptive and exploratory nature, which required the researcher, time and dedication, during the investigation process of the object. The fieldwork consisted of the appropriate cut of operational issues capable of leading the research forward. Thus, the survey revealed that many students are concerned about the Student Assistance Policy, as well as the future of access and permanence of new tickets.

Keywords: Dismantling. Student Assistance. Permanence. Contingency of Resources.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Classificação em classes sociais segundo a renda familiar.....	38
TABELA 02 - Tabela Geral dos Auxílios Pecuniários e Bolsas Permanência de 2006 – 2018.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Institutos Federais de Educação Superior

MEC – Ministério da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PNAES – Plano/Programa Nacional de Assistência Estudantil

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

DAE - Departamento de apoio aos Estudantes

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

SES - Sistema de Ensino Superior

UNE - União Nacional dos Estudantes

PPQ – Programa de Permanência Qualificada

PROPAAE – Pro- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis

NAIE - Núcleo de Acompanhamento Integral ao Estudante

NUGIN - Núcleo de Gestão de Infraestrutura

NUGAD – Núcleo de Gestão Administrativa

NUPER - Núcleo de Promoção de Permanência e Pós-Permanência

NUGEDS - Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação

NUEL - Núcleo de Esporte e Lazer

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Logo marca da PROPAAE.....	40
FIGURA 02 – Organograma do PROPAAE.....	41
FIGURA 03 – Distribuição dos ingressos nas universidades federais, conforme somatório percentual da renda familiar das classes C, D E e da pesquisa SIPE – Brasil em 2010.....	38
FIGURA 04 – Distribuição dos estudantes ingressantes na UFRB, em 2010, conforme somatório percentual de renda familiar das classes C, D e E da pesquisa CPA/PROPAAE.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.0 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: PARA QUÊ E PARA QUEM FOI CONSTRUÍDA A UNIVERSIDADE?.....	16
1.1 A origem do ensino superior na Bahia	19
1.2 A presença das classes menos abastadas no ensino superior.....	20
1.3 O início da assistência estudantil – “Caixa dos Pobres”	23
2.0 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO.....	27
2.1 Políticas de Assistência Estudantil – O PNAES em questão.....	28
2.2 Permanência X Assistência.....	31
2.3 Conceito de Permanência.....	32
2.4 Conceito de Assistência Estudantil.....	34
3.0 A UFRB – UMA UNIVERSIDADE CLASSE “C” E “D”.....	36
3.1 Perfil dos Discentes – UFRB.....	36
3.2 Política Interna de Assistência Estudantil.....	39
4.0 METODOLOGIA.....	44
5.0 DESMONTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA VISÃO DOS BOLSITAS DA PROPAAE.....	46
5.1 Perfil do Entrevistados.....	46
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXOS.....	59

INTRODUÇÃO

O ingresso na vida acadêmica para muitos estudantes é a realização de um sonho antigo, que envolve não só a sua entrada na universidade, mas também a sua permanência. Sabendo disso, buscaremos analisar como os estudantes tem se posicionado em relação a atual conjuntura sócio-política e econômica em que vive o país.

Nos últimos anos, o Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC), tem realizado diversos cortes no orçamento, que vem afetando diretamente o funcionamento das Universidades Federais. O contingenciamento de gastos, as tentativas de fechamentos ou desligamento dos serviços universitários, a reformulação dos planos de carreira e até a elaboração de programas de demissão voluntária parecem ter anunciado em seu conjunto a irrupção abrupta, violenta e inadiável de uma encruzilhada histórica no caminho dessas instituições (SVARTMAN, 2016). Essas ações têm afetado diretamente a permanência dos estudantes, oriundos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, seguiremos o passo a passo da trajetória da Política de Assistência Estudantil no Brasil, visando traçar um panorama dessa Política, resultado de intensas lutas sociais, travadas principalmente pelos movimentos sociais. Essas movimentações causaram mudanças importantes que acabaram se refletindo no perfil sócio econômico, cultural e educacional dos novos ingressos. Tais mudanças em relação a questão da permanência não tiveram muita importância, “haja vista que a democratização do ensino superior trouxe para as universidades públicas estudantes que não tinham acesso a esse nível de ensino” (POGGERE, 2015, p. 6).

A democratização da oportunidade de acesso aos níveis de ensino, principalmente à educação superior, contribui ao mesmo tempo, para fomentar o sistema capitalista a partir da formação e qualificação profissional dos indivíduos para o mercado de trabalho, e também para a redução das desigualdades sociais e regionais. Com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) havia a expectativa de rompimento com as políticas neoliberais. No campo educacional, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi propulsor da reforma da educação superior que se iniciou em 2003 com a implementação de programas, regulamentações e parcerias público – privada.

No intuito de materializar as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para o ensino Superior, o governo fortaleceu alguns dos programas já implantados e criou o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) por

meio do Decreto n.º 6096/2007. A expansão das universidades brasileiras fez com que o número de vagas aumentassem significativamente no ensino superior (POGERRE, 2015).

Segundo Poggere (2015) a legitimação da assistência estudantil no Brasil ocorreu a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com a portaria normativa n.º 39 de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), instrumento transformado em Decreto Presidencial n.º 7234/2010.

O PNAES busca fornecer subsídios para a permanência nos cursos de graduação de alunos com fragilidade econômica, bem como estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e apoio ao estudante, visando o bom desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando a sua reprovação e evasão (POGGERE, 2015). A proposta do PNAES é fazer uma articulação com as diferentes áreas e, conseqüentemente, com as políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo (IMPERATORI, 2017).

Dessa forma, a pesquisa a ser desenvolvida tem como objetivo apresentar os principais pontos de discussão relacionado ao processo de desestruturação da assistência estudantil realizada pelo Estado.

O tema em questão nos remete a uma reflexão mais aprofundada acerca do posicionamento crítico dos envolvidos, visando à elaboração de estratégias que ultrapassem o enfrentamento da realidade.

A escolha desse tema surgiu a partir de indagações pertinentes ao período de estágio no Núcleo de Acompanhamento Integral ao Estudante (NAIE), órgão ligado a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da UFRB, ambos os equipamentos situados no município de Cruz das Almas, na Bahia. Nesse período foi observado que havia pouco engajamento por parte dos alunos na luta por direitos essenciais ao seu ingresso e também sua permanência, durante o período de sua formação.

Este trabalho é composto por 4 capítulos a saber:

No capítulo I: A Trajetória da Política de Assistência no Brasil abordará uma discussão sobre o surgimento das primeiras universidades brasileiras. Nele discorreremos também sobre a necessidade que se tinha de criar uma rede de instituições de saber. No subcapítulo faremos uma breve explanação sobre a origem do ensino superior na Bahia e a primeira experiência de implantação de escolas de ensino superior no Brasil, mas especificamente na Bahia e Rio de Janeiro. Outra questão identificada foi às poucas exigências por qualificação, motivo maior do baixo interesse das classes populares ao ensino

público. E por fim e não menos importante, o início das primeiras manifestações de apoio aos estudantes oriundos das camadas populares pelo governo brasileiro.

O capítulo II: Inicia-se fazendo uma abordagem sobre como se deu a construção das políticas afirmativas, no século XX. A partir desse contexto faremos um panorama do processo de evolução do ensino superior no Brasil, durante o século XX, abordando questões importantes, como: o processo de globalização e a redemocratização do ensino superior.

O capítulo III: Discorre sobre a importância da UFRB na vida dos estudantes oriundos das classes C e D, como sendo a universidade pública que mais gerou oportunidade para pessoas advindas de camadas populares. Também discutiremos sobre o perfil dos novos ingressos e da importância do PNAES no processo de democratização do ensino público. Abordando as diferenças entre permanência e assistência, por meio de diversos conceitos.

Por fim, o capítulo V: Apresenta um panorama geral sobre como tem se comportado os estudantes bolsistas atendidos pela Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), diante desse novo contexto de corte de gastos e negação de direitos, promovidos pelos incessantes ataques do governo federal, a Educação e, conseqüentemente a Política de Assistência Estudantil. O resultado da pesquisa demonstrou que muitos estudantes têm apresentado uma preocupação com o futuro da Política de Assistência Estudantil, e como ficará o acesso e permanência dos novos ingressos.

1.0 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: PARA QUÊ E PARA QUEM FOI CONSTRUÍDA A UNIVERSIDADE?

A discussão sobre surgimento das primeiras universidades brasileiras se confunde muito com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Esse período foi marcado pelo “início da formação de uma rede de instituições de saber” (SHUWARCZ, 1993, p.23), visando atender os anseios das classes dominantes. Uma vez que, o ensino da época limitava-se “numa ação não institucionalizada por parte dos jesuítas para a formação do quadro da ordem” (SANTOS, 2016, p. 117). Esta ação não correspondia às expectativas social e econômica da sociedade brasileira, em vias de industrialização (ROMANELLI, 1986).

Schwarcz (1993) salienta que durante esse tempo nada havia mudado. Foi apenas com a transferência da corte portuguesa para o Brasil que as coisas começaram a ganhar novos rumos. É a partir desse momento que se inicia uma nova história de formação da rede de instituições locais. Como ressalta o autor:

[...] a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural — como a imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e Museu Real —, instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, mas num centro produtor e reproduzidor de cultura e memória (SCHWARCZ, 1993, p. 23).

Pode-se dizer que a criação desses centros constituiu as primeiras iniciativas de experiência de educação superior no Brasil. Nota-se que a criação dos primeiros centros de saber, objetivou não só a formação de uma nova sociedade civil, moldada sob os ditames da nova classe, formada pela pequena burguesia (comerciantes, artesão e muitos proprietários de terras), mas também “a inserção de um novo estilo de vida capaz de acompanhar essa nova forma de consumir bens materiais e culturais” (SANTOS, 2016, p. 118). É importante destacar que esses primeiros grupos de intelectuais formados por membros da alta sociedade, buscavam na formação uma maneira mais exitosa de corresponder os anseios das classes econômicas dominantes da época.

Com um perfil bastante homogêneo essa nova classe começa a se diferenciar das outras em termos de formação e carreira. Essa diferenciação acabou revelando o aparecimento de “diferenças regionais e profissionais” (SCHWARCZ, 1993, p. 24), que acabou dividindo a sociedade. Por outro lado, se tornava cada vez mais notória a presença da nova classe, no interior dos centros urbanos. Logo, a participação desses grupos na vida social da colônia passou a ser vista de forma mais ativa, não por conta da sua participação produtora na

atividade a qual estava vinculado, mas por conta do seu comprometimento político. Cumpre-se evidenciar também que neste período havia uma presença significativa desses profissionais, que posteriormente seriam recrutados para servirem aos interesses das classes econômicas. Esse foi um período marcado pela presença da Regência, sendo assim, o momento bastante conturbado (ROMANELLI, 1986).

Vale destacar que a classe intermediária desempenhou um papel relevante na história de evolução política do Brasil, como aponta Santos (2016):

[...] a sociedade civil da época era composta por artesãos, pequenos comerciantes, membros da gestão do Estado, clero, dentre outros indivíduos que em virtude da ocupação que desempenhavam ocupavam posição de destaque na sociedade. A razão que operava neste período estava em harmonia e consonância com o desenvolvimento das especializações práticas voltadas para o desenvolvimento da manufatura e da indústria emergente (SANTOS, 2016, p. 116).

Aos poucos, essa pequena camada intermediária da população foi vendo a figura da escola como um instrumento de ascensão social. Nesse período, o título de doutor ou de proprietário de terras representava a garantia de prestígio social e de poder político. Mas como essa pequena camada da população não era detentora de propriedades, a única solução era procurar na educação uma forma de ascender socialmente.

É nesse cenário que, segundo Romanelli (1986) “a estrutura social existente no Brasil do início do século XIX” (ROMANELLI, 1986, P. 37) tem se refeito, através do recrutamento de intelectuais, visando atender os interesses das classes dominantes. Contudo, observa-se que nada além do trabalho poderia aproximar as classes consideradas mais inferiores dos grandes detentores de poder.

Romanelli (1986) observou também que a maior contradição vivida por essa classe emergia da ideia de que a sua ligação com a ideologia burguesa era apenas uma contestação da antiga ordem proveniente dos ideais aristocráticos feudais. Sendo assim, essa seria a contradição que colocaria um fim definitivo nas ideias dominantes da época.

A presença do príncipe Regente D. Joao, durante 12 anos, trouxe significativas mudanças para o quadro das instituições educacionais da época. É nesse momento, que as mudanças educacionais começam a ser, uma delas foi à criação dos primeiros cursos superiores na Colônia (ROMANELLI, 1986). Santos (2016) ressalta que o Brasil só passou a tomar conhecimento da educação superior através da criação das primeiras escolas isoladas de especializações práticas. Dentro dessa perspectiva é que surgem as primeiras escolas de educação superior no Brasil, dentre elas “distinguiram-se a Academia Real da Marinha e a

Academia Real Militar, estas mais tarde seriam transformadas em Escola Central e Escola Militar de Aplicação” (ROMANELLI, 1986, p. 38). A criação dessas escolas tinha como objetivo “a formação de pessoal qualificado para exercer essas funções” (ROMANELLI, 1986, p. 39). Cabe salientar que esse “modelo de universidade constituído no Brasil carrega consigo uma ambiguidade e fortalece a lógica excludente própria do modelo colonial, na qual permanece como precedente as civilidades próprias das classes dominantes” (SANTOS, 2016, p. 221).

É importante ainda destacar que com “a chegada de D. João, não nascia apenas o ensino superior, mas também se iniciava um processo de autonomia que culminaria na sua independência política” (ROMANELLI, 2016, p. 38). Ainda, segundo o autor:

a independência política não mudou o quadro da situação do ensino, pelo menos de imediato. Considerada por João Cruz Costa como “simples transferência de poderes dentro de uma mesma classe, (a independência) entregaria a direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados” (ROMANELLI, 1986, p. 39).

Conforme Romanelli (1986) “o Ato Adicional de 1834, conferiu as Províncias o direito de legislar sobre as instituições públicas e estabelecimentos próprios e promovê-la” (ROMANELLI, 1986, p. 40). Dessa forma, pode-se inferir que o Ato Adicional de 1834, caracterizou a primeira grande mudança no texto da constituição de 1824 conferindo as províncias autonomia para modificar as leis. Com a descentralização do poder as províncias obtiveram o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária.

A falta de recursos impossibilitou as províncias de criarem uma rede organizada de escolas. Diante desse contexto, em que vivia as províncias, o resultado foi transferir para iniciativa privada a responsabilidade do ensino secundário, relegando o ensino primário ao total abandono. Como observa a autora:

o fato de a maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que somente famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos (ROMANELLI, 1986, p. 40).

Neste momento torna-se conveniente mencionar que “até o Colégio Pedro II, criado pela corte portuguesa e o único mantido com recursos provenientes do Governo Central para servir de modelo, não pode escapar à pressão” (ROMANELLI, 1986, p. 40). Como ressalta a autora:

[...] o preparo começava nas províncias para terminar com a passagem pelos exames parcelados que o Pedro II realizava para conferir o grau de bacharel. Por aí se pode avaliar quão propedêutico era o ensino secundário e, ao mesmo tempo, quão seletivo acabou por ser (ROMANELLI, 1986, p. 40).

Vale ressaltar que durante esses períodos a educação popular foi abandonada em detrimento da educação média para as classes mais abastadas.

Considerando as tentativas frustradas dos espanhóis de adentrar ao Brasil e a pouca preocupação dos portugueses em relação ao ensino nas colônias. Podemos afirmar que talvez tivesse sido melhor se os espanhóis colonizasse o Brasil, e conseqüentemente as suas influencias afetariam o nosso ensino.

1.1 A origem do ensino superior na Bahia

Embora as primeiras universidades tenham sido criadas três séculos antes, nas colônias espanholas e inglesas nas Américas, a experiência de implantação no Brasil só teve início no século XIX com o desembarque da família real. A vinda da corte portuguesa para o Brasil acabou agravando ainda mais os problemas sociais da colônia. Com isso, observou-se que a única “solução seria a implantação de escolas de ensino superior aptas a formar profissionais dentro da própria colônia” (SANTOS, 2009, p. 80).

Os cursos cirúrgicos implantados na Bahia e no Rio de Janeiro se constituíram como as células para criação das primeiras Faculdades de Medicina, no Brasil. Em 1808, as primeiras escolas cirúrgicas são implantadas em Salvador e no Rio de Janeiro, principais cidades da época. No entanto, percebe-se que mesmo após sua implementação, as condições do ensino continuavam sendo ofertadas de forma precária. Esta situação era ainda mais preocupante na Bahia do que no Rio de Janeiro. Santos (2009) têm observado que desde a transferência da sede da capital da colônia da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro, a situação da Bahia ficava cada vez mais complicada.

Mesmo depois de criada a nova escola, a ideia de fundar a primeira Universidade na Bahia continuava sendo discutida. Mas foi com a petição de 29 de setembro de 1809 encaminhada ao Príncipe Regente D. João que a ideia de fundar uma Universidade na Bahia pôde ser consolidada. Foi através dessa consolidação que os subsídios para a instalação da primeira Universidade começaram a ser destinados para dar início a sua fundação.

Sediada no antigo Hospital Real Militar da Bahia, em Salvador, sua sede funcionou por muito tempo no antigo prédio pertencente ao Colégio dos Jesuítas, no Largo do Terreiro de Jesus.

De acordo com Santos (2009) até o início do século XIX, o corpo técnico da Escola era constituído por apenas três funcionários, sendo eles dois professores e um porteiro, obedecendo aos estatutos da Universidade de Coimbra. Em 1816, a Escola passa pela sua primeira grande reforma. Santos (2009) destaca que essa reforma teve como base o plano de Manoel Luiz de Carvalho, esse mesmo plano também foi adotado por outras escolas no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, a escola vivencia um período de transformação institucional, dando início a ampliação do seu quadro funcional e da sua oferta de vagas.

É importante ressaltar que mesmo depois das diversas melhorias as condições das escolas continuavam em situações precárias. Sendo que na Bahia o problema era ainda mais agravante, devido à baixa frequência dos alunos e dos índices irregulares de ensino.

Observa-se que durante esse período o perfil socioeconômico dos alunos acabou sendo modificado conforme a diversificação de suas aspirações profissionais (SCHWARCZ, 1993). Santos (2009) acredita que este fato tenha se tornado grande definidor da falta de respeito que os alunos guardavam aos “mestres” da faculdade, oriundos dos estratos mais humildes da população.

O final do século XIX é marcado pelas mudanças ocorridas na modificação do perfil e da produção científica das escolas de medicina. Essas mudanças abriram espaço para a criação de novos cursos, aumentando assim o interesse dos diversos grupos (SANTOS, 2009). É interessante reiterar que esse foi um período marcado pelo aumento significativo do número de doenças e epidemias suscitando assim, uma atenção para a missão higienista. Os diversos acontecimentos e o aumento dos índices doentes e feridos por conta da guerra do Paraguai acabaram demandando uma atuação maior por parte dos médicos cirurgiões. Observa-se também que o crescimento desordenado das cidades acabou gerando um aumento significativo nos casos de embriaguez e criminalidade, essa situação demandou uma atenção maior por parte dos médicos. Esse contexto acabou exigindo dos profissionais uma nova redefinição da atuação médica no país.

1.2 A presença das classes menos abastadas no ensino superior

As poucas exigências por qualificação foi o motivo principal do baixo interesse da população camponesa ao ensino público. A falta de estímulo não motivava essa população a enxergar na figura da escola uma possibilidade de ascender socialmente. Observa-se que foi apenas com a mobilização social promovida pela nova ordem política e econômica da década de 1930, que a rigidez do sistema social predominantemente dualista começou a ser rompido (ROMANELLI, 1986). A consolidação desse movimento acabou contribuindo para que as camadas intermediárias e os extratos agregados as lavouras pudessem mobilizar-se em direção aos centros urbanos.

Entretanto, observou-se que a consolidação desses movimentos não só representou o rompimento das barreiras que nitidamente separavam o restante da população das classes mais abastadas, mas também acabou provocando profundas modificações no sistema educacional da época.

Diante do exposto, observa-se que:

[...] a articulação interna para os vários níveis do sistema, quer no que concerne aos pobres, quer no que concerne aos subsistemas para os ricos, era viável, já que, como dissemos o equilíbrio social se mantinha, como também se mantinha os mesmos níveis de aspirações culturais para o conjunto da população (ROMANELLI, 1986, p. 67).

O sistema brasileiro de ensino foi moldado a partir de um sistema acentuadamente dualista: de um lado, o ensino primário, vinculado às escolas profissionais para os pobres, e, de outro, para os ricos, ofertando ensino secundário para o ingresso ao ensino superior (ROMANELLI, 1986). Embora esse tipo de escolarização fosse um tanto quanto diversificado como salienta Romanelli (1986), nos argumentos acima. Com isso, observa-se que “o antigo regime conseguiu manter o mínimo de coerência interna e externa em seu sistema educacional, já que as escolas profissionais de ensino pós – primários vinculados para os pobres eram terminais, ou seja, não qualificava para o acesso ao ensino superior” (ROMANELLI, 1986, p. 68). Diante desse quadro, nota-se que “o modelo de desenvolvimento não demandava o tipo de educação que as sociedades industrializadas, exigiam” (ROMANELLI, 1986, p. 68). Cabe ressaltar que “o rompimento com a velha estrutura dualista da escola acabou gerando o crescimento da demanda por uma educação que possibilitasse o acesso as posições mais altas da sociedade” (ROMANELLI, 1986, p. 68). Isso fez com que a nova ordem social não desse conta de produzir um sistema escolar de ensino que pudesse atender as demandas das classes sociais e econômicas da época.

Com as pressões da população essas demandas tiveram de ser atendidas, em partes, causando ainda mais a precariedade do ensino. A oscilação existente entre as novas exigências educacionais e as velhas estruturas escolares acabou provocando uma expansão no ensino.

Em 1934, as classes médias em ascensão reivindicaram do governo a implantação do ensino médio para as camadas populares. Essa reivindicação acabou levando ao movimento renovador a compreensão de que o Estado deveria assumir o controle da educação e que, esta fosse gratuita e obrigatória. As diversas discussões em torno da questão levaram os líderes do movimento a elaborar um documento intitulado de o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932. Esse documento representou o auge da luta ideológica, porque, abarcar as demandas de duas classes distintas.

Romanelli (1986) destaca que:

o documento tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-los mais objetivamente. Opondo-se ao empirismo das reformas parciais, o Manifesto surge como uma convicção abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional (ROMANELLI, 1986, p. 145).

Esse documento trouxe a afirmação de tudo aquilo que já estava definido de acordo a filosofia referente ao sistema educacional da época (ROMANELLI, 1986). A elaboração do Manifesto só veio para proclamar que a educação é um direito de todos, sem distinção de classes ou situação econômica e, portanto, é um dever do Estado. Nele, a educação é tratada como um dos grandes problemas sociais da época. No entanto, a formalização desse documento acabou se tornando um avanço para a sociedade, visto que a sociologia aplicada na educação era entendida como uma ciência nova. Ao tratar a educação como um problema social, “o Manifesto não só estava traçando uma diretriz nova para a educação do Brasil, mas também representava uma nova posição na tomada de consciência por partes dos educadores da época” (ROMANELLI, 1986, p. 150). Vale ressaltar que esse documento não só representou um avanço para a educação do Brasil, mas propôs uma adequação do sistema educacional a essa nova ordem.

A Constituição de 1934 representou o início das mudanças totais e profundas na estrutura do ensino público brasileiro. Afirmando ser a educação pública um direito de todos e concomitantemente um dever dos poderes públicos proporcioná-la, em conjunto com as famílias.

Diferente de 1934, a nova Constituição de 1937, artigo 129, estabelece que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas, (grifos nosso) é em matéria de educação um dever primeiro do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937).

Romanelli (1986) salienta que devido ao seu impacto “a Constituição de 1937 foi considerada pelos estudiosos da época como a mais democrática das Constituições em matéria de ensino”, pois em suma, ela atentava para a importância da compreensão da evolução do sistema educacional brasileiro, sobretudo, o ensino profissional.

1.3 O início da assistência estudantil – “Caixa dos Pobres”

A inauguração da Casa do Estudante Brasileiro em 1928, em Paris, foi uma das primeiras manifestações de apoio ao estudante universitário pelo governo brasileiro. Essa iniciativa do governo teve por objetivo auxiliar os estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa. De acordo com Imperatori (2017) a iniciativa do governo Getúlio Vargas de reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado, acabou se tornando um marco para a história da política social. Esta ação regulamentada pelo decreto nº 19.850 de abril de 1931, autorizava o governo federal a desenvolver medidas de apoio ao corpo discente dos institutos universitários, através do fornecimento de bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres.

No Brasil, as primeiras iniciativas só vieram ocorrer na década de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, com a construção da Casa do Estudante do Brasil. O espaço se tratava de um antigo casarão onde os alunos e alguns membros da comunidade se reuniam para realizar as suas refeições diárias. Durante o governo de Getúlio Vargas, a casa dos estudantes foi beneficiada com doações do governo federal, pois era do interesse do governo manter o apoio aos estudantes (SILVEIRA, 2012).

Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do país, iniciou o seu projeto de reorganização da sociedade brasileira, valorizando todas as questões relacionadas à educação no entendimento que uma reforma educacional seria uma das principais medidas emergenciais a ser tomada (SILVEIRA, 2012). Esta foi a primeira vez que ocorreu uma grande reforma no ensino superior e uma possível regularização da assistência para os universitários, se tornando uma iniciativa pioneira.

Nesse mesmo momento os estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais também abriram uma discussão sobre a ampliação da assistência para estudantes oriundos das camadas populares. Essa discussão acabou tomando um âmbito maior com criação da “Caixa dos Estudantes Pobres” em Minas Gerais. A “Caixa dos Estudantes Pobres” foi uma ação desenvolvida pelos estudantes da UFMG, que tinha principal objetivo prestar assistência aos estudantes pobres, muitos deles vindo de cidades do interior.

Foi apenas com a incorporação da Lei nº 19.851/31 à Constituição Federal de 1934, que a assistência estudantil começou a tomar novos rumos. Com a regulamentação da lei fica estabelecido no artigo 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio ao aluno necessitado, mediante ao fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentárias e vilegiaturas” (BRASIL, 1931). Sendo assim, fica prevista a destinação de recursos públicos por meio de um fundo de apoio para o auxílio de alunos necessitados.

Este período acaba sendo marcado pela organização do ensino superior e a assistência estudantil acontecia através dos investimentos nas instituições, na tentativa de integrar a comunidade e ao mesmo tempo acomodar os estudantes de forma mais satisfatória, sendo as primeiras ações a criação das cidades universitárias (SILVEIRA, 2012).

Portanto, fica estabelecido na Constituição Federal de 1946, no artigo 166, que a Educação é um direito de todos e, portanto, se torna um dever do Estado, disponibilizá-la, assim como todas as condições de permanência oferecida pela assistência estudantil como está previsto no artigo 172. Sendo assim, fica previsto que o Estado deve destinar por meio de fundo a liberação de recursos para o auxílio dos alunos que se encontram em condições de vulnerabilidade social. Esta foi a primeira vez que apareceram as bolsas de estudos no ensino superior: os chamados auxílios, existentes até os dias atuais.

Foi a partir desse período que o ensino superior no Brasil começou a se organizar. Com essa organização a assistência estudantil passou a ser efetivada por meio de investimentos nas instituições, como forma de integrar a comunidade acadêmica e ao mesmo tempo acomodar os estudantes de forma satisfatória.

Buscando apoiar a causa dos estudantes, em 1937, o Ministério da Educação incentivou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). O movimento iniciou as suas atividades administrativas na antiga Casa dos Estudantes. Cada membro do movimento era encarregado de exercer uma atividade organizativa. Nesse mesmo período ocorreu o rompimento dos dois movimentos por conta da divergência de ideias. Esta época foi marcada pela criação do Teatro dos Estudantes de um importante espaço cultural e acadêmico.

Silveira (2012) aponta que entre os estudantes havia uma diversidade de opiniões sobre a criação da UNE. Muitos deles discordavam da forma como tinha sido criado o movimento e alguns entendiam que de fato a UNE fora criada no ano de 1938, durante o Congresso Nacional dos Estudantes. Observa-se que durante esse evento fora aprovado:

[...] um plano de reforma educacional que pretendia solucionar os problemas educacionais, auxiliando os estudantes com dificuldades econômicas, o que sinalizava o início de uma concretização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras (SILVEIRA, 2012).

Na Constituição de 1946, a Educação é apontada no artigo 166, como sendo um direito de todos, e a assistência estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino, conforme estabelece o artigo 172. “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p. 88).

A autora observa que até então, a política de assistência estudantil era vista como uma medida de ajuda aos “necessitados” (SILVEIRA, 2012, p. 53). Mas foi com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/ Lei nº 4.024, que a Assistência Estudantil passou a ser reconhecida como um direito de todos os estudantes que precisarem e não mais como uma ajuda aos necessitados. Observe o que traz os artigos 90 e 91:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.
Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Em 1962, “a comissão de política de assistência cultural e material ao estudante do Conselho União Nacional dos Estudantes” (SILVEIRA, 2012, p. 54), deu início a discussão sobre vários pontos da política de assistência estudantil. A partir dessa discussão foram levantadas algumas reivindicações para serem apresentadas ao governo.

Na Constituição Federal de 1967, no artigo 168, a educação é posta novamente como um direito de todos e pela primeira vez é citado que ela deverá assegurar a igualdade de oportunidade (SILVEIRA, 2012). Nele a educação continua sendo apresentada como um direito assegurado por lei e que essa será ofertada pela família em conjunto com o Estado. Conforme o Art. 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola;

assegurada a igualdade de oportunidades, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana (BRASIL, 1967). Ainda de acordo com o artigo 168, no parágrafo 2º: § 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo. (BRASIL, 1967).

A década de 1970 é marcada pela criação do Departamento de apoio aos Estudantes – DAE, órgão vinculado ao Ministério da Educação, cujo o objetivo é manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência medica e odontológica. Mas essa iniciativa não perdurou por muito tempo, sendo extinta no ano seguinte.

2.0 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO

Iniciaremos esse capítulo fazendo uma abordagem sobre como se deu a construção das políticas afirmativas no século XX. Para isso, será necessário fazer um panorama do processo de transição ocorrido nesse período.

A evolução do sistema de ensino superior no Brasil durante o século XX seguiu o rumo dos diferentes acontecimentos sociais e políticos que movimentaram o país no período de desenvolvimento da sociedade brasileira na segunda metade deste século.

O processo de globalização que permeou o mundo inteiro colocou “o Brasil e a universidade numa verdadeira encruzilhada” (CASTRO; SCHWARTZMAN, 2005, p. 37). Este processo se desenvolveu seguindo dois caminhos diferentes, o da desregulamentação e mercantilização do ensino, retirando do Estado o protagonismo nas definições das políticas educacionais e por outro lado a implementação do projeto que percebe a educação como um direito público a ser ofertado pelo Estado de forma gratuita, com qualidade, com democracia e comprometido com a dignidade da sociedade brasileira.

A redemocratização do ensino foi o ponta pé inicial para sanar as lacunas deixadas pelo processo de transição. Moehlecke (2002) ressalta que durante esse período as condições de permanência vinculava-se muito as características de mutabilidade de cada indivíduo.

A segunda metade do século XX foi marcado pelo processo de expansão sem precedentes da demanda e da oferta de cursos no ensino superior. No Brasil, a expansão beneficiou tanto o setor privado quanto as instituições públicas, a partir das reformas implementadas por Francisco Campos, primeiro ministro da Educação do Governo Vargas.

A criação da universidade no Brasil foi antes um processo de sobreposição ao antigo modelo do que de substituição (VARGAS; HERINGER, 2017). Mesmo com a sobreposição o modelo antigo de formação de profissionais acabou sendo mantido. Com isso, o modelo de universidade de pesquisa acabou se tornando muito mais institucionalizado de modo parcial em boa parte das regiões do país.

Na década de 1960, o ensino superior no Brasil acabou se expandindo no intuito de atender às demandas da classe média em busca de profissionalização e melhor capacitação para o ingresso no mercado de trabalho. Segundo Vargas e Heringer (2017) esse crescimento no ensino superior público, já vinha ocorrendo desde a década de 1940, observa-se que neste período se intensificou ainda mais a expansão do setor privado, causando um aumento significativo do número de instituições e também de matrículas. É possível observar que a expansão ocorrida entre a década de 1960 e 1980 causou um aumento considerável no número

de matrículas, enquanto que no mesmo período o setor privado obteve um crescimento bem menor.

Heringer (2015) observa que o aumento da demanda no ensino superior não é um fenômeno recente, mas uma consequência da ampliação gradual que foi realizada nos últimos cinquenta anos. Nesse período esses sistemas realizam profundas mudanças nas suas estruturas de ofertas, enquanto as outras só incrementaram o número de vagas, cursos e/ou instituições. A autora tem atribuído esse fenômeno ao esgotamento da capacidade de financiamento realizado pelo Estado.

Este crescimento de atividades mercantis no ensino superior é visto pela autora como “uma resposta estimulada pela demanda crescente da educação superior no mundo” (HERINGER, 2015, p. 9). Para a autora, esse processo de privatização e mercantilização do ensino superior remetem ao deslocamento que se faz em direção aos interesses do mercado.

Como afirma Heringer:

[...] existem dois indicadores para inferir o grau de privatização de um sistema de ensino superior: o primeiro é a proporção de estudantes matriculados nas instituições privadas; o segundo é a participação dos recursos públicos e dos privados no total de financiamento do ensino superior (HERINGER, 2015, p. 9).

Heringer (2015) afirma que esse deslocamento do ensino superior em direção ao mercado é resultado de uma série de combinações de condições geradas nos contextos nacionais, tais como o desenvolvimento dos sistemas de ensino superior, as medidas políticas utilizadas pelos governos e as estratégias das instituições diante da força de mercado. Ainda de acordo com a autora, esse fenômeno envolve desde a criação de mercado para o ensino superior até a transformação do equilíbrio público para o privado.

2.1 Políticas de Assistência Estudantil – O PNAES em questão

A implementação do REUNI, 6096/2007 objetivou “criar condições para a ampliação do acesso e a permanência na educação superior, no nível de graduação”. Além disso, o programa traz consigo um conjunto de diretrizes onde estão contidas algumas metas que deverão ser cumpridas tais como: “redução das taxas de evasão e a ampliação das políticas de inclusão e de assistência social”. No momento em que a universidade se associa ao programa, é estabelecido através de um contrato de gestão firmado entre o Ministério da Educação e as

instituições um pacto se comprometendo a cumprir todas as metas do programa de permanência.

Nos últimos anos, a discussão sobre permanência tem ganhado centralidade nas questões relacionadas ao compromisso estatal, em todo território nacional. Ainda no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Educação (MEC) baixou uma portaria normativa (Portaria Ministerial 8/2016), dando início à criação dos indicadores de qualidade para a educação superior e criação de grupos de trabalhos, visando estabelecer uma metodologia para a sua implementação (VARGAS; HERINGER, 2017).

Esse quadro só começou a mudar 20 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com o lançamento pelo Governo Federal do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinando recursos para atividades de apoio aos estudantes.

Instituído em 12 de dezembro de 2007, através da Portaria Normativa 39, o programa busca oferecer assistência estudantil para estudantes dos cursos de graduação presenciais das IFES de todo país, sendo implementado apenas em 2008 (IMPERATO, 2017). A implementação do programa representou um marco histórico para a política de assistência ao definir suas áreas de ações, tornando-se um referencial em programas e projetos a serem realizados pelas IFES no Brasil.

A democratização do ensino por meio da assistência estudantil assumiu um papel de caráter importante, ao conceder estratégia de permanência nas universidades a uma parcela da população que antes não imaginavam ter pelo ao menos acesso ao vestibular (POGGERE, 2015). Essa iniciativa fez com que a parcela mais pobre da população que antes não tinha acesso ao ensino superior pudesse de fato ingressar numa universidade pública. A expansão dessas políticas públicas possibilitou que se tivesse uma ampliação significativa do número de vagas e conseqüentemente, haveria o ingresso de milhares de jovens no ensino superior. O ingresso e a permanência desses jovens dentro da universidade são elementos da relação de dominação que se materializam através de procedimentos formais, e informais ao qual permite a manutenção da sua estrutura à reprodução do poder e dos privilégios conservando as desigualdades socioeconômicas e culturais.

Segundo Vasconcelos (2010) a implementação dessa política pública foi uma conquista para a classe acadêmica e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidade aos estudantes do ensino superior público. Ainda segundo a autora, esse avanço necessitou do apoio coletivo dos dirigentes de todos os Institutos Federais de

Educação Superior, juntamente com os docentes, discentes e todo o corpo técnico administrativo, para que esse programa seja aprovado em forma de política pública.

A criação do PNAES possibilitou a alocação de mais recursos na assistência estudantil e nos programas de permanência das universidades, propiciando melhores condições para os estudantes da educação superior pública.

Em 2013, o PNAES destinou 1.415.185 auxílios aos estudantes de graduação em todas as Universidades Federais (VARGAS; HERINGER, 2017). É importante salientar que desde a sua criação, o PNAES tem ampliado significativamente o número de beneficiários atendidos pelo programa. Neste mesmo ano, o governo lançou o Programa de Bolsa Permanência (PBP), que concede auxílios financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes oriundos de comunidades quilombolas e estudantes indígenas matriculados nas IFES, gerando benefício para mais de 5 mil estudantes, totalizando um montante de mais 13 milhões de reais (VARGAS; HERINGER, 2017). Muito embora o número de recursos tenha sido ampliado até 2015, o PNAES acabou recebendo diversas críticas feitas por parte dos movimentos sociais e das próprias universidades, apontando que os recursos repassados pelos programas eram insuficientes para o atendimento da demanda.

O público alvo do PNAES são estudantes egressos da educação básica da rede pública, com renda familiar *per capita* de, no máximo, um salário mínimo e meio (PORTES; SOUSA, 2013). O programa ofereceu a esses estudantes uma oportunidade de adentrar na educação superior.

O PNAES foi criado com o objetivo de:

- 1) democratizar as condições de permanência dos jovens da educação superior pública federal; 2) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; 3) reduzir as taxas de retenção e evasão; e 4) contribuir para promoção da inclusão social na educação (PORTES; SOUSA, 2013).

Com a ampliação das vagas nas universidades públicas produzidas por um conjunto de ações (PORTES; SOUSA, 2013). Esta ação suscitou uma nova discussão sobre o perfil dos novos estudantes que tiveram acesso ao ensino superior, discutindo o processo seletivo do vestibular, ou seja, o da meritocracia.

Durante esse tempo o PNAES tem ajudado as instituições de ensino superior a desenvolver ações práticas de assistência e permanência através dos organismos de assistência estudantil.

2.2 Permanência X Assistência

Nessa seção iniciaremos as discussões traçando um panorama em torno de políticas públicas de ações afirmativas adotadas no campo da educação, no Brasil. Em seguida serão apresentados os conceitos tanto de permanência quanto de assistência e como estas tem se desenvolvido na prática.

Desde que a Política de Assistência Estudantil foi transformada de Decreto Federal para uma Lei, que as relações sociais não foram mais a mesmas. A implementação da Política de Assistência Estudantil possibilitou que as instituições de ensino superior pudessem sofrer modificações, como relata os autores: “observam-se alterações na organização, na gestão, na inovação, bem como na missão institucional e no papel social das Instituições de Ensino Superior (IES), no cenário regional, nacional e internacional” (JORGE; OLIVEIRA; FERREIRA, 2016, p. 2). O processo de expansão, regionalização, interiorização e internacionalização da educação superior no Brasil possibilitou que as universidades pudessem ter uma nova perspectiva no que diz respeito a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Essas alterações têm afetado de forma significativa tanto a permanência, quanto o desempenho acadêmico dos discentes. A convocação dessas instituições de ensino tem como objetivo contribuir como o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio da implementação de políticas públicas e programas sociais diferenciados. Com a expansão e ampliação do número de vagas nas IFES, as necessidades e reivindicações dos movimentos estudantis aumentaram em relação a ampliação e melhorias nos programas de assistência estudantil.

Alguns anos depois, o governo federal acabou sendo pressionado pelos movimentos sociais negros, a enviar ao Congresso Nacional Brasileiro um projeto que “instituiu o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos da rede pública de ensino, em especial negros e indígenas, nas instituições federais de educação superior” (REIS, 2013, p. 180).

Em 2012, a presidente Dilma Rousseff, sanciona a Lei 12.711 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio, uma reserva de 50% das vagas (REIS, 2013). Esse percentual de vagas ficaria disponível para todos os cursos, a cada processo seletivo, para todos os estudantes oriundos da rede pública de ensino e que tenha cursado integralmente o ensino médio.

Esses avanços só foram notórios ao longo da última década, a partir do recorte das políticas públicas enfocando a questão racial, embora muitas delas ainda não sejam de fácil compreensão para boa parte da população (REIS, 2013).

É nesse contexto que as políticas de ações afirmativas vêm sendo desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O desenvolvimento dessas políticas tem levado a PROPAAE a oferecer atenção especial a todas as medidas que visem garantir a permanência dos estudantes negros, de famílias de baixa renda e/ou aqueles ingressos pelo sistema de reservas de vagas.

A ampliação da oferta de vagas possibilitou que a universidade apresentasse uma nova concepção de assistência estudantil que permeasse questões importantes como, por exemplo: o acesso, permanência e a pós-permanência de estudantes de camadas populares. É a partir dessa nova perspectiva que apresentaremos os conceitos de permanência e assistência.

2.3 Conceito de Permanência

O conceito de permanência nos remete à ideia de duração. Reis (2013) inicia sua discussão sobre permanência utilizando-se das ideias de Kant, buscando dá sustentação aos seus argumentos. A autora inicia sua discussão apresentando as ideias de Kant sobre a relação que se tem entre os conceitos de tempo e duração. Ela acredita que essa relação se dá a partir de três modos de tempo distintos que são: a permanência, a sucessão e a simultaneidade. É importante aqui destacar o primeiro estado, mas não deixando de lado a relação que tem a permanência com os outros modos.

Reis (2013) afirma que:

[...] analogia da experiência enunciada no princípio da permanência da substancia, Kant (2006, p.196) afirma que em [...] toda a variação dos fenômenos permanece, a substancia e o quantum da mesma não é nem aumentando e nem diminuindo na natureza (REIS, 2013, p. 181).

Ainda de acordo com a autora:

[...] a discussão da permanência na universidade, a relação ou analogia que fazemos é a de permanência enquanto um *continuum* que determina a perpetuação dos fenômenos. Ou seja, propomos uma definição de permanência, como o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares (REIS, 2013, p.181).

A autora observa que o ato de permanecer não pode ser entendido apenas como um simples ato de persistir em meio a todas as adversidades, mas como uma grande possibilidade de continuar fazendo parte de um todo.

O conceito de permanência aqui possui uma relação direta com a existência dos indivíduos (REIS, 2013). Por conta dessa relação direta é que ela deve ser considerada de dois tipos. A autora pontua como sendo o primeiro tipo a permanência material, essa caracterizada pelas condições objetivas de existência do estudante na universidade (alimentar-se, vestir-se e comprar bens materiais e etc.) e o segundo tipo diz respeito à permanência simbólica, ou seja, aquela cujo estudante tem de vivenciar o contexto da universidade.

A política de permanência tem um sentido muito forte para as famílias pobres, e principalmente para os negros (REIS, 2013). Para esses grupos, a possibilidade de ingresso numa universidade pública representa um grande feito, visto que, no seu imaginário essa questão se tratava de um sonho pouco provável.

Para explorar um pouco mais essa questão é necessário identificamos as três dimensões, para as quais serão utilizadas as denominações *kantianas* de tempo. Como destaca Reis (2013):

- Permanência enquanto duração (tempo) - esta dimensão associada à duração do estudante no tempo do curso. Pontuamos que durante o curso o estudante poderá contar com algum tipo de benefício (bolsa de programa de permanência, bolsa de pesquisa ou extensão) e neste caso, ter a oportunidade de manter-se somente estudando e vivenciando a universidade em sua plenitude.
- Simultaneidade na permanência – esta dimensão torna-se muito interessante, na medida em que observamos o papel que não só as políticas de cotas têm para a entrada destes estudantes na universidade, mas também o papel que estes estudantes passam a desempenhar enquanto referência para outros jovens.
- Sucessão ou pós permanência – esta última dimensão diz respeito as possibilidades de permanência em outros graus acadêmicos. Assim, se a dimensão temporal do indivíduo tiver qualidade, ou seja, se ele conseguir concluir o curso e viveu inteiramente a universidade, existem chances de uma pós-permanência através dos cursos de pós-graduação *latu senso*, ou de forma mais ampla, em cursos de mestrado e doutorado.

É importante ressaltar que a permanência, “tal como a concebemos, requer duração, sucessão e simultaneidade, nos parece ser obvio que ela não pode ser resumida meramente, a medidas de caráter assistencialista” (REIS, 2013, p. 184). Mas é necessário que ela seja pensada como uma política efetiva de Estado.

2.4 Conceito de Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é conceituada como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que visem garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso de graduação dos estudantes das IFES, seguindo uma perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e da qualidade de vida dos estudantes, através da prevenção dos índices de repetência e evasão provenientes da falta de recursos financeiros.

A política de Assistência Estudantil deve ser compreendida como um conjunto de ações que proporcione desde as ideias de condições de saúde e o acesso aos instrumentais necessários para a formação profissional, nas diferentes áreas do conhecimento (SILVEIRA, 2012).

De acordo com a FONAPRACE (2012) essa política:

[...] deve ser entendida dentro de uma perspectiva de inclusão social, visto que, a sua implantação possibilita aos estudantes de baixa condição socioeconômica a participação em atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, no atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transportes são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais (FONAPRACE, 2012, p. 63).

É importante ressaltar que, tanto as ações de assistência básica, quanto de assistência ampliada, devem ser articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando principalmente à melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida dos estudantes durante a sua permanência no contexto da educação superior (FONAPRACE, 2012). Conforme tem apontado Costa:

[...] garantir o acesso unicamente não é suficiente, é imprescindível que haja um conjunto de ações que possibilite que os ingressantes possam permanecer nas instituições, procurando-se sempre pensar em uma formação plena desses estudantes. É nesse conjunto de ações que a Permanência simbólica entra em cena, visto que, não é somente a existência de uma política que atenda às necessidades materiais dos estudantes, que irão garantir de fato, que ele permaneça, pois, outros desafios passam a aparecer quando esse estudante sai do seu convívio familiar e ingressa em uma IES (COSTA, 2017, p. 21).

De acordo com Costa (2017) é preciso estar atento para as demandas que esses estudantes vêm apresentar. A autora aponta que essas instituições têm dado “pouca atenção ao processo de transição para o ensino superior e as dificuldades que esses estudantes têm enfrentado durante o seu ingresso nas IES” (GARRIDO, 2005, *apud* COSTA, 2017, p. 22). Ainda de acordo com autora, é preciso atentar para as dificuldades que se tem de estabelecer novas relações sociais, ou seja, adapta-se as dinâmicas desse novo espaço.

Diante disso, observa-se que é preciso desenvolver ações que visem ultrapassar os limites do auxílio financeiro, que segundo Costa (2017), não deixa de ser importante, porém, por si só, não garante a formação plena do aluno. Salienta que a assistência estudantil não devem se limitar apenas a programas que visem atender as necessidades econômicas, mas também, atentar para outros fatores relacionados às vulnerabilidades sociais.

Portanto, é imprescindível que as instituições busquem estabelecer um olhar mais minucioso para as questões relacionadas a permanência simbólica, atentado para os desafios que os alunos das classes populares passam a lidar quando ingressam no ambiente acadêmico.

3.0 A UFRB – UMA UNIVERSIDADE DE CLASSE “C” E “D”

Nos últimos anos a UFRB tem se destacado como sendo a universidade pública que mais contribuiu para o ingresso de estudantes oriundos de camadas populares na educação superior. Este fenômeno tem causado mudanças significativas nas estruturas do modelo de ensino das universidades públicas do país. Prates e Barbosa (2015) observa que durante muitos anos, o Sistema de Ensino Superior (SES) no Brasil, foi claramente um espaço criado para a socialização de uma elite formada por grandes mandatários culturalmente preparados. Entretanto, nas últimas décadas tem se formado, no país, um complexo campo acadêmico, que vem se desenvolvendo a partir de um sistema de ensino superior relativamente ampliado e inclusivo.

O crescimento do número de estudantes oriundos das classes populares ocorreu mediante a implementação de diversas políticas institucionais, que possibilitaram a entrada dessa parcela da população no ensino superior. A partir dessa medida um grande número de alunos conseguiu ingressar no ensino superior.

De acordo com a FONAPRACE (2012) esse percentual de estudantes tem crescido cada vez mais, devido à implementação de políticas públicas. Sampaio et al. (2013) tem observado que nos últimos anos o número de inscritos nos vestibulares tradicionais e nas últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem crescido.

Essas mudanças tiveram início no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), através da reforma que teve como objetivo responder às demandas sociais, visando a sua democratização. Este processo culminaria na inclusão de grupos sociais, historicamente, excluídos dos espaços universitários.

A implementação de políticas públicas possibilitou a inclusão desses novos segmentos sociais menos representativos no ambiente universitário.

3.1 Perfil dos Discentes - UFRB

A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no recôncavo baiano significa não só o resultado de uma conquista por um povo, mas também a afirmação de uma identidade. Além de reparar as distorções, a UFRB tem o compromisso de ofertar um ensino superior de qualidade procurando exercer a sua responsabilidade social de democratizar a educação superior. É importante ressaltar que a criação da UFRB na região do

recôncavo da Bahia, ocorre em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil. Diante disso, a instituição continuará assumindo o seu posicionamento de contribuir com as correções das distorções ainda vigentes no Brasil, com o compromisso de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas de inclusão social.

Observa-se que desde a sua criação em 2005, a UFRB tem se colocado como primeira universidade pública do interior da Bahia a elevar o número de vagas para as regiões mais longínquas do Estado, isto, tem feito com que a instituição venha se destacando no cenário nacional. Nos últimos anos a UFRB tem tido um aumento significativo do número de jovens, que tem ingressado no ensino superior, em especial os negros e oriundos das camadas populares.

De acordo com a pesquisa realizada pela SIPE Brasil 2010, a UFRB possui um quadro de “estudantes que em sua grande maioria oriundo de cidades do interior, mas especificamente do Recôncavo e de outras cidades da Bahia” (ATCHE, 2014. p. 83). Muitos desses estudantes são pretos, pardos, oriundos de famílias de baixa renda, cuja grande maioria os pais tinham apenas o ensino fundamental, ou, em alguns casos, o ensino médio, cujo a renda familiar era de até três salários mínimos, esses dados têm servido de alguma forma, para mudar a realidade das Universidades Federais do país.

A pesquisa com a participação da UFRB revelou a importância que tem o PNAES como uma ferramenta estratégica de expansão da qualificação da educação superior no país, e também demonstra a necessidade de reposicionamento dos assuntos estudantis na estrutura organizacional das Instituições Federais de Educação Superior.

O levantamento realizado pela CPA/PROPAAE sobre o perfil dos estudantes da UFRB constatou que mesmo representando 51% da população, os negros e pardos representam apenas 20% dos que ganham mais de um salário mínimo. A pesquisa constatou que as regiões Norte 69% e a Nordeste 52% possuem o maior número de estudantes com renda familiar pertencente às classes C (maior que 4 e até 10 salários mínimos), D (maior que 2 e até 10 salários mínimos) e E (até 2 salários mínimos). Esta análise foi realizada com base na classificação de renda familiar utilizada pelo IBGE/2010.

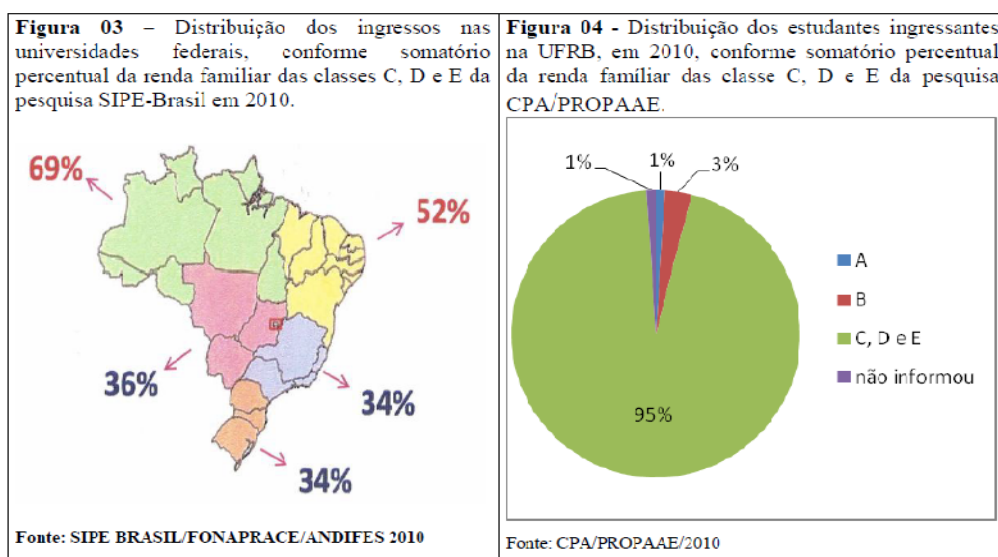
Ao analisar as informações a CPA/PROPAAE identificou que a mesma era semelhante à renda familiar apresentada pelo IBGE, conforme Tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - classificação em classes sociais segundo a renda familiar

Classe	Salários Mínimos (SM)	Renda Familiar (R\$)
A	Acima de 20 SM	Acima de 10.801,00
B	10 a 20 SM	5.401,00 a 10.800,00
C	4 a 10 SM	2.161,00 a 5.400,00
D	2 a 4 SM	1.081,00 a 2.160,00
E	Até 2 SM	Até 1.080,00

Fonte: IBGE/2010.

Com isso, foi possível observar que a soma dos estudantes, ingressantes na UFRB, que pertencem às classes C, D e E representou 95% do total, superando em 26% a região Norte, e em 43% o Nordeste. Este comparativo pode ser observado no gráfico abaixo:



De acordo com a CPA/PROPAAE (2010), os índices dos estudantes que compõem as “categorias” C, D e E são as que mais demandam potencialmente da assistência ao estudante fornecida pelas instituições. A renda familiar deve ser considerada como um fator importante, pois explica a crescente demanda por auxílios de assistência estudantil disponibilizado pela PROPAAE.

3.2 Política Interna de Assistência Estudantil

A adesão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) ao plano de reestruturação das universidades públicas federais (REUNI) possibilitou que a instituição tivesse uma nova tomada de posição na consolidação e implementação da sua política interna de Assistência Estudantil. Sua inserção no programa garantiu que a instituição fosse contemplada com o repasse de recursos necessários para os investimentos diversos. O repasse desse recurso significou a ampliação da política de acesso e permanência, contribuindo para o seu fortalecimento do projeto de uma universidade inclusiva, solidária, tornando-se um espaço de geração de conhecimento e participante do desenvolvimento da comunidade local, a qual está inserida (UFRB, 2010).

A exclusão faz parte de um processo histórico que se relaciona com questões concernentes a raças, classe social, gênero, etnia e regionalidade. Buscando contribuir com a correção das distorções sócio – raciais. É nesse sentido, que UFRB tem assumido o compromisso de implementar políticas públicas que visem garantir o acesso, a permanência e a pós-permanência de estudantes oriundos de escolas públicas, que se declarem pretos ou pardos, índios ou descendentes, índios aldeados e remanescentes de quilombos, através da Política Institucional de Ações Afirmativas (UFRB, 2010). Com a criação da primeira Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos e Estudantis (PROPAAE) do país (REIS, 2013). Sua missão é:

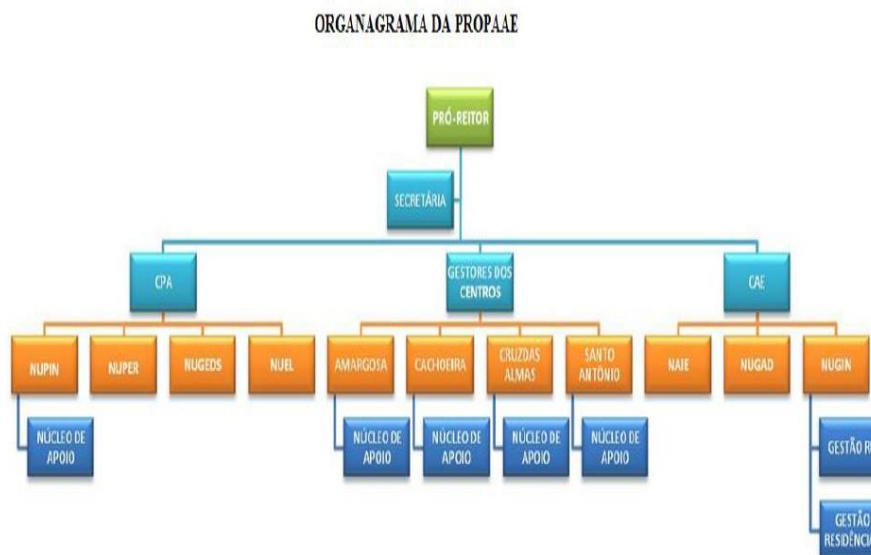
a PROPAAE tem como missão a execução de Políticas Afirmativas e Estudantis na UFRB, garantindo a comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político econômico e social (UFRB, 2010).

Com a PROPAAE surge uma nova concepção de assistência estudantil que aglutinava questões de acesso, permanência e pós-permanência de estudantes oriundos de escolas públicas, de afrodescendentes e indígenas na UFRB. Esta nova concepção tem como foco principal o desenvolvimento regional, através da articulação entre a formulação e implantação de políticas públicas de promoção da igualdade racial e inclusão social no recôncavo baiano.

FIGURA 01 – Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

Fonte: Google

A PROPAAE tem o objetivo de contribuir com a formulação, articulação e implementação de políticas públicas de acesso, permanência e pós-permanência, essas ações deverão ser realizadas por meios de diálogos permanentes com outros segmentos beneficiados por essa política pública. Para compreender melhor a estes objetivos, buscamos apresentar como funciona a Pró-Reitoria. Sua estrutura é formada por duas Coordenadorias: a de Assistência Estudantil e de Políticas Afirmativas. O objetivo da CAE é executar ações que promovam condições de permanência dos estudantes de classes populares no ensino superior, a fim de minimizar os efeitos da desigualdade sociais e raciais na região. A CAE é composta pelo Núcleo de Acompanhamento Integrado ao Estudante (NAIE), Núcleo de Gestão Administrativa (Nugad) e Núcleo de Gestão de Infraestrutura (Nugin). Já a Coordenadoria de Políticas Afirmativas está encarregada pelas ações afirmativas relacionadas ao âmbito institucional, sendo composto pelos Núcleos de Promoção de Políticas para o Ingresso (Nupin), Núcleo de Promoção de Permanência e Pós-Permanência (Nuper), Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação (Nugeds) e por fim, o Núcleo de Esporte e Lazer (Nuel).

FIGURA 02- Organograma da PROPAAE.

Fonte: Google

O PPQ se destaca como sendo o principal programa gerenciado pela PROPAAE, cujos objetivos são: 1) Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB ao assegurar a formação acadêmica através da participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculadas a projetos de pesquisas e outras atividades acadêmicas vinculadas à sua formação e ao desenvolvimento regional; 2) implementar na instituição uma política de permanência associada à excelência da formação acadêmica; 3) possibilitar maior interação entre o ensino, pesquisa e extensão; 4) estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científicas, tecnológicas, profissionais e artístico-culturais em articulação com o desenvolvimento regional; 5) qualificar a permanência dos alunos participantes do programa; 6) contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação; e combater o racismo e as desigualdades sociais (REIS, 2013).

O PPQ é distribuído em cinco modalidades de auxílios, sendo eles: auxílio moradia, auxílio deslocamento, auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio vinculado a projetos. Os valores pagos variam de acordo com a modalidade. Apenas o auxílio vinculado a projetos deve estar vinculado a um projeto de pesquisa/extensão, coordenado por um professor de um dos centros da UFRB (REIS, 2013). Devido aos cortes no orçamento realizado pelo governo federal, muitos auxílios tiveram uma redução considerável e outros foram instintos

temporariamente. De acordo com levantamento realizado em 2010 pela PROPAAE, cerca de 254 projetos desta modalidade já foram distribuídos nos 5 Centros da URFB. Além dos auxílios PPQ os estudantes podem contar com os serviços de acompanhamento psicossocial e pedagógico.

O congelamento dos gastos realizado pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação tem afetado drasticamente o funcionamento das universidades federais. Essas ações têm afetado diretamente a permanência dos estudantes, oriundos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social. A partir disso, a Secretaria de Apoio Administrativo se propôs a criar um relatório apresentando o percentual de auxílios e bolsas, referentes ao ano de 2006 a 2018.

O relatório disponibilizado pela Secretaria de Apoio Administrativo da PROPAAE apontou que de 2006 a 2018 houve uma oscilação no número de auxílios ofertado pela PROPAAE. Ainda de acordo com o documento apresentado pela SECAD só a partir de 2010 que esses auxílios puderam ter um aumento significativo.

Analisando o Gráfico Geral de auxílios pecuniários e bolsas foi possível constatar que durante o ano de 2010 o número de beneficiários era superior aos anos anteriores. Esse crescimento perdurou de 2010 a 2016, no segundo ano de mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Observando o relatório nota-se que no ano de 2014 o número de auxílios e bolsas atingiu um acréscimo considerável comparado aos anos anteriores. Seguido pelos anos seguintes de 2015 e 2016 quando todos os auxílios e bolsas atingiram os seus maiores índices de acréscimo. No final de 2016, o cenário começou a mudar com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e logo após a aprovação da Emenda Constitucional (95/2016) que limitou em 20 anos os gastos públicos pelo Governo Federal. A aprovação da proposta causou um embate entre os opositoristas e governistas (BRASIL, 2016). Com a aprovação do projeto de lei, a Educação ficará com apenas 18% da arrecadação de impostos.

TABELA 02 – Tabela Geral dos Auxílios Pecuniários e Bolsas Permanência de 2006 -2018.

TABELA GERAL									
ANO	AUX. ALIMENTAÇÃO	AUX. MORADIA	PROJETOS Institucionais	AUX. PEC. A MORADIA	AUX. DESLOCAMENTO	AUX. CRECHE	AUX PEC. ALIMENTAÇÃO	PBP-MEC	TOTAL
2006	21	21	0	12	0	0	0	0	147
2007	58	42	34	21	0	0	0	0	307
2008	73	69	55	38	0	0	0	0	399
2009	92	133	82	43	0	0	0	0	350
2010	127	167	230	132	88	6	0	0	820
2011	123	218	244	144	121	15	0	0	935
2012	153	270	488	120	209	23	0	0	1263
2013	152	237	1080	109	302	42	0	164	2086
2014	125	216	1014	84	301	23	0	368	2131
2015	125	210	938	70	417	18	0	629	2405
2016	138	237	822	135	450	32	0	715	2529
2017	130	246	655	125	405	42	139	714	2456
2018	143	224	413	151	455	57	276	734	2453

Fonte: SECAD – Secretaria de Apoio Administrativo da PROPAAE.

É possível observar que de 2013 a 2018, ocorreu um aumento significativo do número de bolsas do Programa de Bolsa Permanência. Esse acréscimo se deu devido à criação de diversas Políticas Públicas de reparação, ou seja, as cotas raciais.

4.0 METODOLOGIA

A pesquisa é apresentada por Minayo (2002) como sendo “um labor artesanal, que não prescinde de criatividade, ou seja, ela se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas” (MINAYO, 2002, p.25). Sendo assim, a pesquisa é entendida por Minayo (2002) como uma atividade básica da ciência que busca indagações para a construção da realidade.

Esse processo começa com o que denominamos de fase exploratória da pesquisa, tempo dedicado a interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada a questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Para a realização dessa pesquisa foi utilizado o método interpretacionista, porque acreditamos ser o mais eficiente para interpretação da realidade da Assistência Estudantil. Pois, nesse processo “o homem/a mulher são vistos como seres não passivos, mas sim, como seres que interpretam o mundo ou ambiente em que está inserido. Sendo chamado pelos pesquisadores de método de *interpretacionismo*” (OLIVEIRA, 2008, p. 3). A pesquisa exploratória permitiu que o investigador formulasse as hipóteses necessárias para a elaboração de uma pesquisa mais ampla, no intuito de descobrir novos enfoques sobre o tema, e conseguinte, o desenvolvimento de uma boa pesquisa. O trabalho de campo consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento.

Para a realização desta etapa, foram coletadas as informações de fontes literárias, tais como: artigos, livros e documentos oficiais (Leis, Decretos, Regulamentações, dentre outros), disponíveis em alguns bancos de processamento de dados (SCIELO, LILACS, dentre outras).

Os dados foram coletados junto a Coordenadoria de Assuntos Estudantis, através do levantamento de informações pertinentes à vida acadêmica dos estudantes atendidos pela PROPAAE a partir de 2006 até 2018.

Durante a coleta de dados foram realizadas algumas entrevistas, que possibilitaram a coleta de informações mais apuradas sobre a realidade dos estudantes da UFRB em relação à assistência estudantil.

A seleção dos participantes foi realizada por meio de chamadas públicas de adesão voluntária. As entrevistas foram realizadas entre os dias 04 e 08 de fevereiro de 2019, nos diversos Centros de Ensino da UFRB, com exceção do CFP, que só foi possível realizar a entrevista por meio de recursos tecnológicos (Redes Sociais). As entrevistas contaram com a participação de vários bolsistas atendidos pela PROPAAE.

Os dados coletados desses levantamentos em campo serão estudados e analisados. De acordo com Minayo (2002) a ideia desse ciclo não é solidificar as etapas estanques, mas de transformá-las em planos que se complementam. A partir deste método, pretendemos descobrir como os discentes atendidos pelos programas de permanência estão se comportando diante da perda de direitos antes conquistados.

5.0 DESMONTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: NA VISÃO DOS BOLSISTAS DA PROPAAE

Desenvolver um trabalho de pesquisa sobre o desmonte de uma política pública da qual fazemos parte, constitui um grande desafio para qualquer estudante universitário. Sendo que, para muitos desses estudantes a possibilidade de ingresso numa universidade pública representa um grande feito, visto que, no seu imaginário essa questão se tratava de um sonho um pouco provável.

A pesquisa de campo foi desenvolvida nos Centros de Ensino de Cruz das Almas, Cachoeira e Amargosa, durante o período de 04 a 08 de fevereiro de 2019, foi realizada com 4 estudantes assistidos pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), órgão vinculado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

De acordo com Praça (2015) a análise desses resultados devem demonstrar com que ferramentas os dados foram coletados e analisados durante o trabalho, a fim de responderem corretamente a todas as questões levantadas no decorrer do projeto de pesquisa, dando condições concretas ao pesquisador de confirmar ou refutar a hipótese inicialmente anunciada.

Após apresentada às considerações, traçaremos um panorama do perfil dos entrevistados, destacando fatores importantes para a manutenção da política de assistência estudantil, e quais foram os resultados encontrados.

5.1 Perfil dos entrevistados

Com base nas declarações apresentadas pelos os entrevistados foram possíveis traçar o perfil dos estudantes atendidos pelo programa de assistência estudantil disponibilizado pela PROPAAE.

Entrevistada 01 – 41 anos de Idade, gênero Feminino, estudante do curso de História, negra, campus CAHL, natural de Feira de Santana, não residente, recebe o Auxílio Pecuniário à Deslocamento.

Entrevistado 02 – 23 anos de Idade, gênero Masculino, estudante do curso de Serviço Social, negro, campus CAHL, natural de Cachoeira, não residente, recebe o Auxílio Pecuniário à Alimentação.

Entrevistada 03 – 21 anos de Idade, gênero Feminino, estudante do curso de Pedagogia, parda, campus CFP, natural de Amargosa, não residente, recebe o Auxílio Pecuniário à Projeto.

Entrevistado 04 – 25 anos de Idade, gênero Masculino, estudante do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, negro, campus CETEC, natural de Igrapiúna, não residente, recebe o Auxílio Pecuniário à Moradia.

Para muitos desses estudantes, a assistência estudantil acaba se tornando a única forma de se manter na universidade. Em muitos casos, essa opção tem se tornado a forma mais segura de permanecer cursando uma graduação numa instituição pública de ensino. Nesse sentido, Portes; Souza (2013) ressaltam que “a transformação de uma política de governo denominada Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e mais tarde convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil” (PORTES; SOUZA, 2013 p. 7), representou um passo importante para a melhoria das condições reais de permanência dos estudantes oriundos de camadas populares.

A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) possibilitou a ampliação de novas vagas nas universidades públicas. Portes; Souza (2013) salienta que o aumento na oferta de vagas, “introduziu novas discussões sobre o perfil dos estudantes que tem acessado o ensino superior” (PORTES; SOUZA, 2013, p. 8).

Essa melhoria pode ser destacada nos relatos de alguns estudantes oriundos das camadas mais populares da nossa sociedade, como mostra o relato de uma estudante do curso de História.

“Assistência Estudantil. É dá possibilidade ao estudante de poder concluir o seu curso. No meu caso, que moro em Feira de Santana. Se não fosse o auxílio transporte. Se não fosse a assistência do governo não teria como eu concluir meu curso. Nem começar. Essa assistência pode ser financeira ou residencial”.
(**Entrevistada 01 – Estudante do curso de História**)

Vejamos outros relatos sobre a importância da Assistência Estudantil para muitos estudantes que dependem do auxílio. No relato seguinte a estudante de Pedagogia descreve que apesar das dificuldades que encontra é preciso continuar buscando alcançar seus objetivos:

“Mas assim. A assistência é importante porque vai garantir a nossa permanência. Eu moro aqui. Como eu já falei. Eu não moro de aluguel. Mas tipo. A gente ver que

mesmo a pessoa morando na cidade para permanecer na faculdade não é fácil. Porque tem apostilas. Tem livros. Tem coisas que às vezes você tem que comprar. Aí é caro. Então. Você ver assim. Será que vale a pena continuar. Você sabe que vale a pena continuar. Mas você sabe que tem um percurso de dificuldade. Você acha que vai conseguir. Mas às vezes desanima. Mas tipo. Você tendo o auxílio você vai ter mais aquela força. Não que o dinheiro vai alegrar. Mas tipo. Você vai saber que poxa. Eu vou continuar porque tenho um meio de sobreviver”. (**Entrevistada 03 - Estudante de Pedagogia**).

Muitos estudantes têm definido a Assistência Estudantil como um programa importante, pois tem possibilitado que maioria dos ingressos permaneçam cursando a sua graduação, sem ter a certeza, que em algum momento do percurso a sua caminhada seja interrompida. Reis (2013) observa que ao ingressar na universidade, muitos dos ingressos, “já se preocupam bastante com as despesas que irão enfrentar durante a vida acadêmica e, em muitos casos, essa preocupação tem se estendido à vida de toda a sua família” (REIS, 2013, p. 191).

Essa problemática é percebida nos relatos dos bolsistas entrevistados. Destacamos aqui a fala de alguns deles.

“As pessoas que vem de fora, então... Eu mesmo que moro aqui em Amargosa tenho universidade perto, mas quem vem de fora não tem condições. Vem porque conseguiu passar no ENEM. Mas tipo: Chega aqui o aluguel é caro e não consegue um auxílio com certeza a pessoa evade” (**Entrevistada 03 - Estudante de Pedagogia**).

Vejamos o relato de outro bolsista, estudante do curso de Serviço Social:

“Um dos motivos da solicitação do auxílio foi esse estado. Que é o estado atual que a minha família se encontra agora. No sentido que a minha mãe tá desempregada. E minha mãe toma conta da filha da minha irmã. Que no caso ajuda com as contas de casa. Mas ela mesma. Ela não consegue suprir as demandas dela. Hoje. Como eu falei na entrevista da PROPAAE. Se eu não tivesse esse auxílio provavelmente eu estaria pensando em dar um tempo da universidade para poder arrumar um emprego”. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

Nestes casos, as bolsas têm funcionado como a única fonte de recurso utilizada pelos estudantes advindos de famílias de camadas populares, e muitas delas em situação de vulnerabilidade social.

Outro ponto que devemos destacar na pesquisa está relacionado ao desmonte da política de Assistência Estudantil. Sabemos que nos últimos anos, o governo federal tem aprovado medidas impopulares que acabaram afetando diretamente o acesso e a permanência

de milhares de estudantes advindos de camadas populares, em todo o Brasil. Nesse sentido, os relatos de alguns bolsistas têm apontado para essa perspectiva.

“Quando eu cheguei acho que o último semestre que tinha aberto projeto foi o anterior. Inclusive eu ficava procurando saber quando era que ia ser aberto. Ai... A gente já vê um dos desmontes. Que antes tinha uma modalidade a mais que seria para o pessoal. Oportunidade pra pessoal que mora aqui. Que é de baixa renda. Poder se manter na universidade. Como a universidade... É... Se pensa que a universidade é pública”. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

O **Entrevistado 02** aponta que esse processo de desmonte das políticas sociais, não só tem afetado a área da educação, mas todas as áreas que envolvem o tripé da seguridade social.

“Concordo. Até porque se a gente pegar o cenário brasileiro a gente pode observar que esses desmontes estão em todos os campos da política social. Das políticas sociais. Da seguridade social. Então. Assim como éee.... Tem o desmonte da saúde. O desmonte da assistência. E agora o desmonte da previdência. A gente também tem o desmonte na política de assistência estudantil. Que aí vem através de cortes. Éee... Corte de gastos no orçamento. Essas coisas. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

Este relato também é facilmente identificado na fala de um estudante do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

“Sim! Está sim. Inclusive tem colegas meus que já foram eliminados pode dizer assim. Deixaram de ser alcançados por essa bolsa. Eu passei a observar quando entrei aqui em 2014 e 2015 se eu não me engano. Eu comecei a observar esse tipo de que não tem outra fonte de renda senão a bolsa. Ou seja, removendo a bolsa é como se te desse um passaporte para sair da instituição”. (**Entrevistado 04 - Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária**).

Ao serem questionados se estaria havendo um desmonte da Assistência Estudantil, muitos estudantes disseram acreditar que esse desmonte tenha efetivamente começado a partir do ano passado. Como relata uma estudante do curso de História.

“Desde o ano passado. Assim. Eu escuto muitos comentários. Reclamações”. (**Entrevistada 01 - Estudante de História**).

Observa-se que muitos estudantes só se dão conta do problema quando vão solicitar algum tipo de auxílio, e o mesmo é negado devido à falta de recurso financeiro, causado pelos cortes orçamentários proposto pelo governo federal.

“Quando eu entrei na UFRB. Eu não sabia sobre os auxílios [...] quando eu cheguei acho que era o último semestre que tinha aberto projeto foi o anterior. Inclusive eu ficava procurando saber quando era que ia ser aberto. Ai [...] A gente já vê um dos desmontes. Que antes tinha uma modalidade a mais que seria para o pessoal”. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

A família na maioria das vezes tem sido a válvula de escape para muitos estudantes nos momentos de crise da Assistência Estudantil. Pois é no seio familiar que boa parte dos bolsistas tem se apoiado durante os momentos de crise enfrentados pelas universidades federais por todo o país.

“Então né. Eu e a minha família é bem humilde e eu sou um desses que tem a bolsa não como a principal fonte de renda, mas como a única fonte de renda. Mas como a principal. Se meu auxílio fosse removido. No caso eu deixasse de ser contemplado ia ser bem complicado pra mim. Ia pesar mais para os meus pais. Bem provável que eu voltasse pra casa. Pra minha cidade. Em relação como eu estou agindo com relação a isso os meus pais tentam fazer o máximo para suprir. Por exemplo. A questão dos gastos mensal. O aluguel que é o que mais pesa. Eles tentam suprir de alguma forma”. (**Entrevistado 04 - Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária**).

As crises da Assistência Estudantil acabaram se tornando um grande desafio para a maioria dos bolsistas entendidos pela PROPAAE. Este grande desafio é facilmente demonstrado nos relatos de alguns bolsistas.

“Família. Nos atrasos quem socorre a gente é a família”. (**Entrevistada 01 - Estudante de História**).

Com a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, que limitou os gastos públicos por 20 anos (BRASIL, 2016), a permanência de muitos estudantes acabou ficando comprometida. Nesse sentido, fica claro, que os cortes orçamentários têm afetado bastante a permanência de muitos estudantes.

Observamos os relatos de alguns estudantes sobre como tem se dado esse processo.

“É como eu já falei. Ah atrasos. Como eles (PROPAAE) deixaram bem claro. Não há uma data específica pra bolsa cair na conta do povo. Só porque é bolsista. Então. Com esse dinheiro nós temos a responsabilidade, por exemplo: com o aluguel, com as compras e com alimentação. Então, a gente tem data pra pagar. São responsabilidades e acaba meio que pesando quando atrasa. E aí, vira um efeito borboleta”. (**Entrevistado 04 - Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária**).

De acordo com **Entrevistado 02**, os cortes e atrasos das bolsas tem se tornado um problema a mais para quem vem de fora, do que para quem já mora na cidade.

“Provavelmente alguns colegas que moram fora, isso afetaram muito mais eles do que eu [...]. Porque eles pagam aluguel. Eles dependem de uma data fixa pra poder pagar as suas contas. Então como eu não pago aluguel. Só pago as minhas contas mesmo. As coisas da universidade que gastam. As coisas de casa não têm tantos impactos assim não”. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

Esses impactos variam de acordo a necessidade de cada estudante. Nesse sentido, procuramos saber desses estudantes, quais têm sido os principais impactos sofridos por eles após o início do desmonte da Política de Assistência Estudantil.

“Eu acho que se a gente colocar essa questão não atrelada tanto a mim, mas, porém, de modo geral. Podemos dizer que tipo, ela vai impactar bastante nessa questão na permanência de outros estudantes na universidade, sobre a questão de pagamento de aluguel, nas compras de mês e no transporte. Que querendo ou não. Quando o boleto chegar eles precisam pagar. Então ninguém quer saber. O proprietário da casa não quer saber se você recebe bolsa ou não. Ele quer receber o dinheiro dele no mês, como foi o combinado”. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

Quando indagado se recebiam ajuda financeira de alguém, a resposta foi quase que unânime. Pois a maioria dos estudantes alegou ser a família, a sua única e muitas das vezes a principal fonte de renda depois da universidade.

“Só da minha mãe. Quer dizer, a minha mãe ela não trabalha. Então, dependemos dos bicos que ela faz”. (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

Ao perguntar se o estudante tinha outros meios de se manter na universidade, muitos deles disseram não ter, por isso, que decidiram recorrer aos auxílios e bolsas disponibilizados pela instituição.

“É como eu falei. Assim que eu entrei aqui em 2014. Na verdade, antes de eu entrar. A gente pesquisou se havia essa possibilidade de um auxílio. De um acrescentamento da ajuda que meus pais iam me dar”. (**Entrevistado 04 - Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária**).

Em relação à participação política dos estudantes atendidos pela PROPAAE, foi perguntado qual tem sido sua participação no enfrentamento contra a negação de direitos, dantes conquistados com muita luta pelos movimentos sociais e políticos. Muitos relataram participar de forma direta na causa, já outros alegam ter uma participação indireta.

“É bem interessante no sentido de que eu faço parte de um movimento político. Que é o Centro Acadêmico de Serviço Social. Às vezes nos deparamos com muitas questões como, por exemplo: As bolsas que não são do PPQ, ou seja, da PROPAAE.

Um exemplo disso são as bolsas permanência de quilombolas e indígenas” (**Entrevistado 02 - Estudante de Serviço Social**).

“Eu acredito que a gente deve sim participar de algum movimento político. No intuito de poder participar de lutas em prol dos nossos direitos, que a cada dia tá sendo negado. Uma coisa sem explicação” (**Entrevistada 03 - Estudante de Pedagogia**).

Se analisarmos com mais profundidade alguns relatos, podemos perceber que existe um distanciamento por parte dos estudantes bolsistas, em relação à participação em questões políticas, que muitas das vezes estão diretamente atreladas a sua vida acadêmica. Podemos perceber essa falta participação política com mais clareza nos relatos dos entrevistados.

“Existem muitos movimentos estudantis que pelo menos dentro dessa universidade não tem tanta representação em termos nacionais. Então. A minha atuação ela é bem. Bem tangente. Eu não estou efetivamente como participante. Participando de forma mais efetiva. Em relação a isso. É mais a questão do voto”. (**Entrevistado 04 - Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária**).

A **Entrevistada 01** relata que a sua participação política nos movimentos referentes ao contexto da universidade também tem sido tímido.

“Participar das manifestações. Através de divulgações em redes sociais. E o voto. Que a principal arma que é o voto”. (**Entrevistada 01 - Estudante de História**).

A pesquisa apontou que a participação dos estudantes bolsistas em movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos em prol da coletividade ainda é absolutamente pequena. De acordo com os dados levantados pela pesquisa. Somente o **Entrevistado 02** relatou participar ativamente de ações voltadas para o fortalecimento dos movimentos sociais, os outros entrevistados disseram não participar de nenhum tipo de movimento social no contexto da universidade.

Em relação à participação em alguma agremiação política partidária. Apenas o **Entrevistado 02** relatou ter alguma aproximação com partidos políticos, os demais entrevistados alegaram não participar ou pertencer a qualquer agremiação política partidária.

Nesse contexto, de cortes de gastos e negação de direitos faz-se necessário fazermos um auto avaliação sobre a importância de participar de todos os aspectos que envolvem o ambiente universitário. Nesse sentido, Reis (2013) aponta que o processo de identificação e compreensão das práticas, métodos e experiências (exitosas ou não são) são importantes para assegurar a permanência do estudante na educação superior.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

As políticas sociais no Brasil ao longo dos tempos têm sofrido constantes ataques, que na sua grande maioria acaba atingindo a maior parte dos estudantes oriundos das classes populares. Nos últimos anos, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia tem buscado realizar ações internas, que visem minimizar esses impactos. Essas ações têm contribuído significativamente na permanência de muitos estudantes em situação de vulnerabilidade social, advindos de camadas populares da sociedade.

Com a expansão das matrículas do ensino superior, impulsionada pelo setor privado, a partir dos anos 2000, o governo federal começou a implementar diversos programas destinados a expansão e interiorização do ensino superior por todo país. Nesse mesmo contexto, foi criada, em 2005 “a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a primeira instituição federal de ensino superior do interior da Bahia” (FIGUEREDO, 2018, p.7), mais especificamente, no recôncavo baiano.

Ressaltamos que a expansão do ensino é um passo muito importante para a redemocratização do ensino superior brasileiro, mas não é o fator preponderante para a garantia do acesso e permanência dos estudantes das universidades públicas. Com isso, se faz necessário à criação e implementação de programas de assistência estudantil, que forneça condições essenciais de acesso e permanência aos novos ingressos.

Conforme Almeida (2007, p.73, *apud* SANTOS, 2014, p.60) “a implementação de programas de assistência estudantil tem se tornado uma grande estratégia governamental de suma importância para o enfrentamento dos problemas de acesso e permanência”. Tais programas têm contribuído significativamente para a redução dos índices de abandono por parte dos alunos.

Com a democratização do ensino superior, as políticas de assistência estudantil passaram assumir um papel de caráter importante, ao conceder estratégia de permanência nas universidades a uma parcela da população desassistida pelo poder público (POGGERE, 2015).

De acordo com Santos (2014), o PNAES representou um avanço importante na consolidação e materialização da assistência estudantil na Universidade, no que diz respeito ao direcionamento dos repasses financeiros para as IES, quanto no gerenciamento dos programas de acesso e permanência.

Desde a criação da UFRB, que a PROPAAE tem se lançado como a principal percussora na implementação de programas, que visem assegurar as condições mínimas

necessárias para que estudantes oriundos de camadas populares permaneçam na universidade.

Durante esses anos a PROPAAE tem buscado desenvolver que ações que visem garantir a permanência dos estudantes negros, de famílias de baixa renda e/ou aqueles ingressos pelo sistema de reservas de vagas. É nesse contexto que as políticas de ações afirmativas vêm sendo desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Dessa forma, percebe-se que as medidas impopulares tomadas pelo governo passado acabarão afetando não só o funcionamento das instituições de ensino superior como um todo, mas grande parte da comunidade acadêmica, principalmente os estudantes oriundos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social. Essas ações têm afetado diretamente a permanência dos estudantes, oriundos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social.

Assim como os milhares de estudantes bolsistas, eu também tenho vivenciado uma série de dificuldades provenientes das diversas ações governamentais, que tem como objetivo reduzir os gastos do governo federal, no que diz respeito aos programas chaves que integram a Seguridade Social, dentre eles a Educação. Entretanto, a minha posição em relação ao desmonte da Política de Assistência Estudantil tem sido de enfrentamento a negação de direitos, dantes conquistados pelos movimentos sociais, juntamente com a sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATCHE. Ana Cláudia Dos Reis. **POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de 2006-2012.** Salvador: 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/ANA%20CL%C3%81UDIA%20DOS%20REIS%20ATCHE.pdf>> Acesso em: 13 de Agosto de 2018.

BRASIL. **Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1937** - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>> Acesso em: 13 de Julho de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1967.** Disponível em: <<http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>> Acesso em: 01 de Agosto de 2018.

BRASIL. **Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/521413-PROMULGADA-EMENDA-CONSTITUCIONAL-DO-TETO-DOS-GASTOS-PUBLICOS.html>> Acesso em: 01 de Agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: UFRB, 5 anos – Caminhos, Histórias e Memórias.** 1ª edição. Cruz das Almas: UFRB, 2010.

BALEEIRO, Aliomar. **Constituições Brasileiras, 1946** / Aliomar Baleeiro, Barbosa Lima Sobrinho. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 121 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v. 5). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf >> Acesso em: 29 de Julho de 2018.

COSTA, Juliane Ferreira da. **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DO AUXÍLIO FINANCEIRO – Realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/JULIANE%20FERREIRA%20DA%20COSTA.pdf>> Acesso em: 10 de Julho de 2018.

CHRISTÓFARO, Alice da Conceição; JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu. **A relação entre estudantes e pobreza na Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos da Universidade de Minas Gerais (1932-1935).** Educação em Revista - Belo Horizonte. v.29,

n.04, p.119-148, dez. 2013. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n4/a06v29n4.pdf>>> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

FINATT, Betty Elmer and. SILVEIRA, Jolinda de Moraes Alves, Ricardo de Jesus. **Perfil Sócio, Econômico e Cultural do Estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL):** indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. Libertas, Juiz de Fora, v.6 e 7, n. 1 e 2, p.246 - 264, jan-dez / 2006, jan-dez / 2007– ISSN 1980-8518. Disponível em :<<<file:///C:/Users/User/Downloads/1776-5523-1-PB.pdf>>> Acesso em: 09 de Agosto de 2018.

FIGUEREDO, Alice Cristina. **Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e173462, 2018. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e173462.pdf>>> Acesso em: Janeiro de 2019.

HERINGER, Rosana (Org.). **Democratização da Educação Superior no Brasil:** nonas dinâmicas, dilemas e aprendizados. Disponível em: << http://flacso.org.br/files/2016/06/caderno_gea_n7_digitalfinal.pdf>> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

IMPERATORI, Thaís Khistosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf> >> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

JORGE, S. A. V. OLIVEIRA, J. F. FERREIRA, Suely. **O PAPEL SOCIAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS FRENTE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:** os casos da Univasf, Ufrb e Ufersa. Disponível em: << http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-013.pdf>> Acesso em: 21 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa:** tipos, técnicas e características. Disponível em: <<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3122/2459>>>. Acesso em: 11 de Fevereiro de 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa:** história e debates no brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org) DESLANDES, S. F. NETO, O. C. GOMES, R. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Disponível em: <<

<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> >> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

POGGERE, Bruna Gimenes Ferreira Arroyo. **Assistência Estudantil para quem? Política Social e Serviço Social**, p. 1-10, nov. de 2015. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao_atual/Arroyo_Poggere.pdf>. Acesso em: 09 de Agosto de 2018.

PORTES, Écio Antônio. **Caixa dos Pobres - a ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na Universidade de Minas Gerais (UMG): 1932-1935**. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, n.2, p.29-38, jan./dez. 2003. Disponível em: <<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/322/314>>> Acesso em: 06 de Junho de 2018.

PORTES, Écio Antonio; SOUZA, Leticia Pereira. **O NÓ DA QUESTÃO**: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. Seminário: “10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios. Novembro/2012 – UERJ. Disponível em: <<http://flasco.org.br/files/2015/03/Apresentacao_Ecio_Portes.pdf>> . Acesso em: 10 de Novembro de 2018.

PRAÇA, Fabiola Silva Garcia. **Metodologia da Pesquisa Científica**: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. 08, nº 1, p.72-87, Jan-Jun, 2015. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos” (ISSN:0486-6266). Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf>> . Acesso em: 10 de Janeiro de 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: Disponível em: <<<https://portalconservador.com/livros/Otaiza-Oliveira-Romanelli-Historia-da-Educacao-no-Brasil.pdf>>> Acesso em: 08 de Junho de 2018.

SANTOS, G. G dos; SAMPAIO, S. M. R. **Observatório da vida estudantil**: universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: EDUFBA, 2013. v. 3 (388p.); 23 cm.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Pelotas/RS. 2012. Disponível em: <<http://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%Aancia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%Aancia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf>> Acesso em: 18 de Julho de 2018.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa/ Dyane Brito Reis Santos. – 2009. 204 f. il. Disponível em: <<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf> >> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

SVARTMAN, Bernardo Parodi. **A universidade pública em tempos neoliberais:** comentários sobre o livro *Universidade, cidade e cidadania*. Estudos Avançados. 30,(86) 2016. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n86/0103-4014-ea-30-86-00323.pdf>>> . Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. Disponível em: <<https://www.4shared.com/get/nfHZyfece/SCHWARCZ_Lilia_O_Espetculo_das.html >> Acesso em: 08 de Junho de 2018.

SANTOS, José Raimundo de Jesus. **JUVENTUDE, UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO:** o agir prático das juventudes nos fazeres da universidade. 2016. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24061/1/JUVENTUDE%2C%20UNIVERSIDADE%20E%20CONHECIMENTO.pdf>>> Acesso em: 08 de Junho 2018.

SANTOS, Lucas Bastos dos. **AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB:** impactos e resultados para a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Cachoeira/BA- 2014. Disponível em: <<[file:///C:/Users/Cunha/Downloads/Lucas%20Bastos%20dos%20Santos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cunha/Downloads/Lucas%20Bastos%20dos%20Santos%20(1).pdf)>> Acesso em: Janeiro de 2019.

VARGAS, Hustana, HERINGER, Rosana. **Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada:** Argentina, Brasil e Chile. Archivos Analíticos de Políticas Educativas, 25(72). Disponível em: <<<https://epaa.asu.edu/ojs/article/download/2799/1936>>> Acesso em: 21 de Junho de 2018.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa nacional de assistência estudantil:** uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. Disponível em: <<<file:///C:/Users/User/Downloads/11361-42157-1-PB.pdf>>> Acesso em: 31 de Julho de 2018.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo que Eu _____participei como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o estudante de graduação ROGERIO DE OLIVEIRA CUNHA, do curso de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, que pode ser contatado pelo e-mail rogerio_cunha1@yahoo.com.br e pelo telefone (75) 981531463. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com estudantes bolsistas, visando, por parte do pesquisador a realização de um trabalho de conclusão de curso de graduação intitulado “**Desmonte da Assistência Estudantil: uma reflexão sobre os múltiplos olhares**”. A participação do (a) estudante consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Tendo o participante à liberdade de cancelar a sua participação caso não deseje mais contribuir com a pesquisa, informando ao pesquisador, sem prejuízo para ambas às partes. Os participantes não receberão nenhum tipo de remuneração pela sua participação.

Assinatura do participante

Cachoeira, ____ de _____ de 2019.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROJETO – Desmonte da Assistência Estudantil: uma reflexão sobre os múltiplos olhares.

A pesquisa realizada tem como objetivo entender e analisar o cenário da Assistência Estudantil no Brasil de (2014-2018) e como os bolsistas UFRB tem se posicionado diante do desmonte da Política de Assistência Estudantil.

Pesquisador: Rogério Cunha (UFRB)

Orientadora: Dr^a Dyane Brito (UFRB)

Entrevista com Bolsistas (**PROPAAE**)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome (opcional):

Idade: (a) 17 a 21 (b) 22 a 25 (c) 26 a 30 (d) mais de 30

Gênero: (a) Masc (b) Fem (c) Mulher Trans (d) Homem Trans (e) Gênero Fluído

Curso:

Raça/Cor: (a) Preto (b) Pardo (c) Branco (d) Amarelo (e) Indígena

Campus:

Cidade de Origem:

Mora na Residência Universitária?

- (a) Sim
- (b) Não

Tipo(s) de Auxílio(s) Recebido(s):

- (a) Moradia
- (b) Alimentação
- (c) Projeto
- (d) Creche
- (e) Emergencial

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em sua opinião, o que é Assistência Estudantil?

Como você define a função da Assistência Estudantil?

Você concorda que está havendo um desmonte da AE? Se sim, Quando você começou a observar isso? Fale um pouco sobre esse desmonte.

Como você tem reagido em momentos de crise da AE? Quais são as suas estratégias para suprir lacunas deixadas pela AE?

PERMANÊNCIA

Como os cortes orçamentários, inclusive com corte ou atraso de bolsas tem afetado a sua permanência?

Quais têm sido os principais impactos?

O que você tem feito para minimizar esses impactos?

Você conta com a ajuda financeira de alguém? Quem?

(a) Sim _____

(b) Não _____

Você tem condições de cursar a Universidade sem qualquer tipo de auxílio

(a) Sim _____

(b) Não _____

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Como tem sido a sua participação nessa luta contra a negação de direitos?

Você faz parte de algum movimento social? Se a resposta for SIM, qual (ais)?

Você faz parte de algum partido político?